



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Os Impactos Territoriais do Programa Minha Casa Minha Vida – A realidade maringaense

Pollyana Machiavelli, pollyana.machiavelli@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá - Brasil

Ana Lúcia Rodrigues, alrodrigues1962@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá - Brasil

Priscila A. Souza, priscilaalmeida123@hotmail.com

Universidade Estadual de Maringá - Brasil

Caroline Pagamunici, carolinepagamunici@hotmail.com

Universidade Estadual de Maringá - Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Essa pesquisa é desenvolvida como parte do INCT/CNPq/Observatório das Metrópoles – As metrópoles e o Direito à Cidade. A função social da cidade é o princípio de todos os marcos urbanísticos vigentes atualmente no Brasil assegurando um conjunto de direitos: moradia, trabalho, lazer, convivência coletiva da rede de cidades ente outros. Observa-se em várias cidades situações de pobreza, exclusão social, segregação espacial e desigualdades sociais, como no caso da cidade de Maringá, situada no norte central do estado do Paraná. Desde sua gênese o município já possuía um projeto voltado para as classes com maior poder aquisitivo. Com o passar das décadas o planejamento estratégico voltado a essa parcela da sociedade fica cada vez mais evidente. Ou seja, fazer parte, estar incluído nesse modelo de planejamento e cidade torna-se uma tarefa árdua para uma parcela bastante significativa da sociedade, pois exige, cada vez mais, recursos econômicos. Em um Estado Democrático de Direito, onde "todo o poder emana do povo" e fundado na dignidade da pessoa humana, a existência de disparidades econômicas e sociais aliadas a condições deploráveis de vida revela a desigualdade extremada. Assim planejar cidades prósperas afim de alcançar um desenvolvimento de forma ordenada, antecipando as necessidades e coordenando esforços com o intuito de construir vida coletiva e proporcionar uma cidade em que todos os habitantes se integrem tem sido um objeto de esforço para segmentos da sociedade, comprometidos com o direito à cidade. Sobre esse aspecto o presente trabalho tem por objetivo, a análise das formas de provisão de moradia e seus impactos na reconfiguração espacial da Região Metropolitana de Maringá nos últimos cinco anos. Para tanto, esse trabalho pretende aprofundar as discussões sobre a produção empresarial realizada pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCPV. A metodologia utilizada foi pesquisa documental, pesquisa de campo com a aplicação de questionários, análise e mapeamento georreferenciados. Alguns resultados parciais de uma pesquisa quantitativa realizada em diversas metrópoles brasileiras (2011) mostram elevado grau de satisfação dos mutuários, sendo o PMCMV um dos programas governamentais mais bem-sucedidos do ponto de vista do reconhecimento do público. Essa mesma pesquisa foi replicada a realidade maringaense, e assim como em outras regiões metropolitanas ela revelou diversos problemas nos novos



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

empreendimentos, partindo da localização e dessa forma proporcionando uma discussão quanto ao direito a cidade, até problemas relacionados a infraestrutura, acessibilidade e áreas dos imóveis. As análises mostraram que programa tem impactado de forma direta na reestruturação territorial da cidade de Maringá, puxando a periferia cada vez mais para as áreas mais distantes e segregando essa população de forma que pouco ou nada consigam participar da cidade polo.

Palavras chave: Espaço urbano, Habitação de Interesse Social, Periferização



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

This research is developed as part of the INCT / CNPq / Observatório das Metrôpoles - Metropolises and the Right to the City. The social function of the city is the principle of all the urban landmarks currently in force in Brazil, ensuring a set of rights: housing, work, leisure, collective coexistence of the city network among others. Poverty, social exclusion, spatial segregation and social inequalities are observed in several cities, as in the case of the city of Maringá, located in the central north of the state of Paraná. From its genesis the municipality already had a project focused on the classes with greater purchasing power. With the passing of the decades, the strategic planning focused on this part of society becomes more and more evident. In other words, to be part of it, to be included in this model of planning and city becomes an arduous task for a very significant part of society, since it demands, increasingly, economic resources. In a Democratic State of Right, where "all power emanates from the people" and based on the dignity of the human person, the existence of economic and social disparities combined with deplorable conditions of life reveals extreme inequality. So to plan prosperous cities to achieve orderly development, anticipating needs and coordinating efforts to build collective life and providing a city in which all inhabitants integrate has been an object of effort for segments of society committed to the right to the city. The objective of this study is to analyze the forms of housing provision and their impact on the spatial reconfiguration of the Metropolitan Region of Maringá in the last five years. Therefore, this work intends to deepen the discussions about the business production carried out by the Minha Casa Minha Vida - PMCPV Program. The methodology used was documentary research, field research with the application of questionnaires, analysis and mapping georreferenciados. Some partial results of a quantitative survey conducted in several Brazilian metropolises (2011) show a high level of satisfaction among borrowers, with the PMCMV being one of the most successful government programs from the point of view of public recognition. This same research replicated the reality of Maringa, and as in other metropolitan areas it revealed several problems in the new developments, starting from the location and thus providing a discussion about the right to the city, to problems related to infrastructure, accessibility and real estate areas . The analysis showed that the program has had a direct impact on the territorial



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

restructuring of the city of Maringá, pushing the periphery more and more to the most distant areas and segregating this population so that little or nothing can participate in the city polo.

Keywords: Urban space, Social Interest Housing, Periferization



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Maringá tem sido objeto dos mais diversos estudos e, nos últimos anos, inúmeros trabalhos acadêmicos foram realizados, principalmente no âmbito das universidades públicas estaduais tendo como tema central a cidade polo da região metropolitana e os desdobramentos de sua política de habitação no decorrer dos anos. Depois de mais de vinte anos sem política de habitação no âmbito nacional, o surgimento do Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa de Aceleração de Crescimento nos anos 2000, torna-se pertinente um estudo de caso da região sobre os resultados destas políticas, com vistas a tentar elucidar a magnitude do problema habitacional, sobressaltando o déficit, e analisar os efeitos territoriais produzidos pelos programas.

Questões como, se existe ou não uma dissociação entre política urbana e habitacional ao longo dos anos, e se essa interferiu na produção do espaço foi fundamental para análise. Assim como, se os diferentes agentes atuam nos processos decisórios com relação a definição das áreas onde serão implantados empreendimentos urbanos voltados para as classes “D” e “E”. Se são negativos os impactos da implantação dos conjuntos habitacionais, na melhoria da vida dos beneficiários. E principalmente, se os habitantes dos conjuntos populares possuem a mesma rede de apoio e infraestrutura urbana oferecida nas demais áreas residenciais da cidade.

De forma mais específica, os objetivos desse trabalho são; i) levantar e organizar os dados a respeito dos conjuntos habitacionais populares produzidos nos municípios de Maringá, pelo Programa Minha Casa Minha Vida ii) construir o georeferenciamento e mapeamento dos empreendimentos de habitação, e dos equipamentos de saúde, educação e lazer, no período de 2009 a 2016.

II. Marco teórico/marco conceptual

A organização do território regional, onde se localiza a região objeto dessa pesquisa, tem como base a lógica mercadológica estabelecida pela Companhia de Terras Norte do Paraná a



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

qual colonizou a região. Segundo Cassago (2004), os moldes coloniais se aplicam ao espaço metropolitano maringaense porque sua força motriz foi o “lucro de um empreendimento capitalista em uma área de fronteira econômica”.

A empresa colonizadora tinha como objetivo inicial tornar a cidade de Maringá um polo regional, assim ela exerceu o monopólio das áreas adquiridas durante muitos anos, impulsionando a especulação sobre os preços do solo, sobretudo do polo e suas áreas centrais. Desde a gênese, a urbanização da cidade foi embasada de acordo com as necessidades de acumulação capitalista, conformando uma clara coalisão entre Estado e agentes privados, sobretudo, o mercado imobiliário.

Segundo Rodrigues (2007), essa visão torna-se clara no desenho da cidade com a diferenciação das zonas residenciais. A classificação das zonas habitacionais como principal, popular e operária, definiu a ocupação do espaço através de uma classificação socioeconômica. Esta segregação, *a priori*, mais do que de representar a "espacialização de distintas funções", expõe uma segmentação residencial dada pela posição socioeconômica do morador (RODRIGUES, 2007, p.103).

A produção do espaço urbano maringaense, obedeceu desde sua gênese a uma orientação que reproduziu no território processos de desigualdade social pela ação do mercado imobiliário (...) Ao segmentar as áreas a serem comercializadas, segundo as especificidades socioeconômicas dos adquirentes, esse mercado fomentou uma ocupação residencial claramente segregada. (RODRIGUES, 2007, p.103)



XXXI CONGRESSO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

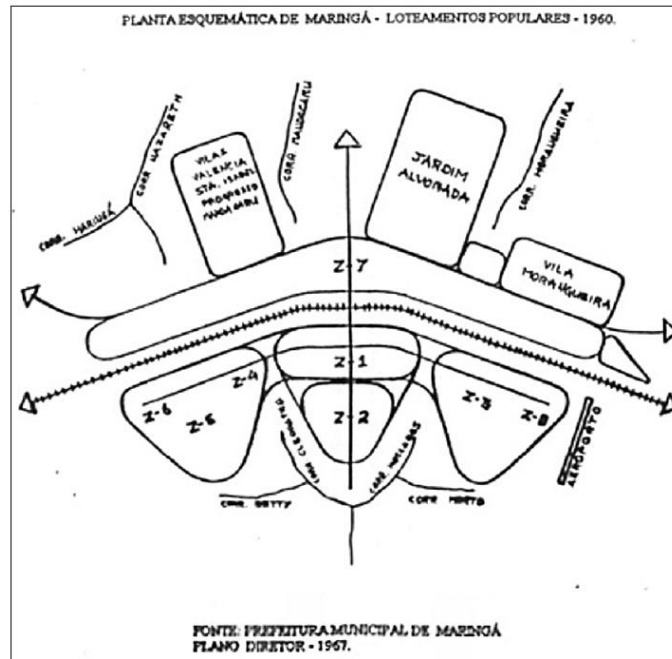


Figura 1: Planta Esquemática de Maringá segundo padrão econômico
Fonte: Plano Diretor de 1967.

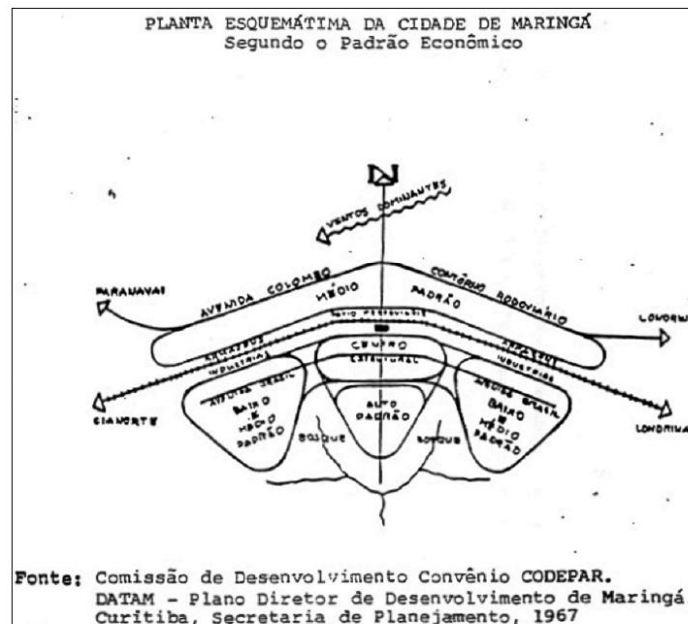


Figura 2: Planta Esquemática de Maringá segundo padrão econômico
Fonte: Plano Diretor de 1967.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O processo de ocupação de Maringá tem seu início marcado no ano de 1946, quando a Companhia Norte de Melhoramentos do Paraná - CNMP formalizou oficialmente 62 transações de venda dos lotes para os habitantes da cidade, originando a área conhecida hoje por “Maringá Velho”.

Naquele período, vieram para a região peões, empreiteiros, sitiantes, lavradores ou colonos, corretores de imóveis e carroceiros. Os diretores da empresa fundadora conseguiram que várias pessoas se instalassem no Maringá Velho, um em cada ramo de atividade a fim de que nada faltasse aos habitantes, como hotel, casa de secos e molhados, bar e restaurante, padaria, farmácia e cinema. (RODRIGUES, 2004, p.52)

No primeiro momento de construção do espaço urbano maringaense, os investidores com poucos recursos, conseguiram se instalar nessa área da cidade, longe do núcleo principal. Área essa que segundo o zoneamento urbano, seria destinada ao uso *residencial popular*, algo que perdura até hoje¹.

[...] rapidamente, Maringá “brotou no meio da mata” que sucumbiu quase na sua totalidade, restando atualmente 2% de reservas nativas, tornando-se, em poucos anos, a cidade que o urbanista Macedo concebeu e muitos decidiram realizar, nas suas múltiplas determinações. Mandaguari, por exemplo, embora sendo fundada 10 anos antes (tendo Maringá surgido como seu distrito), teve seu desenvolvimento estancado. (RODRIGUES, 2004, p. 53)



Figura 3: O primeiro núcleo a ser ocupado – “Maringá Velho”, foto de 1950.
Fonte: PMM 2000.

¹ Trata-se de uma área com construções bastante simplificadas e tratamento urbanístico deficitário.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O PMCMV no município de Maringá

Em um contexto de crise econômica global, surgiu o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV- que tem por objetivo promover a produção de novas unidades de moradia urbanas e rurais além da requalificação de imóveis urbanos e da reforma de imóveis rurais. O objetivo do programa é o desenvolvimento de um mercado formal de habitação com subsídios governamentais para famílias de baixa renda e classes médias, objetivando diminuir os efeitos da crise e aumentar o número de unidades habitacionais.

Com o PAC - Programa de Aceleração de Crescimento - e criação do PMCMV- Programa Minha Casa Minha Vida, em 2008, Maringá apresentou um crescimento numérico significativo se comparado com a década anterior. Em pesquisa feita junto a Prefeitura Municipal de Maringá, de 2000 a 2016, ao total 60 conjuntos habitacionais foram implantados no aglomerado totalizando 1677 unidades de moradia finalizadas até o ano passado. Sendo que 1619 destas unidades foram implantadas com o apoio do governo federal e o Programa Minha Casa Minha Vida (ver tabela 01).

De acordo com dados da Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional do Brasil em 2010, na faixa de 0 a 3 salários mínimos, correspondeu a 64,16% do total que quando somado com o grupo sem rendimento representa 69,15%. O que evidencia que o grupo que mais tem dificuldades em acesso ao financiamento da casa própria é de fato o mais carente, e justamente esse público que o PMCMV vem a atender.

Em termos de conquistas, segundo Maricato (2015, p. 39), “pela primeira vez na história do Brasil, o governo federal reservou subsídios em volume significativo, para que as camadas de mais baixa renda não ficassem de fora da produção habitacional. ”

O contexto o qual o Programa Minha Casa Minha Vida se instala em Maringá, tem se mostrado funcional em relação aos interesses do mercado imobiliário, não diferente do projeto piloto da cidade a implantação dos conjuntos habitacionais tem sido implantado nas franjas do município, com uma tímida rede de apoio e infraestrutura urbana.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

No que diz respeito a construção de moradias, tem-se de um lado um protagonismo marcado pela construção das habitações de mercado, e de outro o déficit habitacional marcado pelo alto índice nas classes mais baixas, sobretudo quando se trata das populações que possuem seus rendimentos até 3 salários mínimos, assim como a realidade brasileira em geral.

Ao traçar um paralelo dos déficits habitacionais do ano de 2010, da Fundação João Pinheiro no município de Maringá com Brasil, percebe-se que o que aqui ocorre não é diferente da realidade brasileira. Em Maringá o déficit habitacional na faixa de 0 a 3 salários mínimos representa 69,69%, maior que a média nacional, totalizando 7378 unidades de moradia. Na realidade local, o grupo dos sem rendimentos representa 1,17% que somados a faixa de 0 a 3 salários mínimos totalizam 70,86%, sendo ainda maior que a média nacional onde o somatório totalizou 69,15%. Os dados demonstram a necessidade real de se ampliar a política de habitação no município.

Com o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e criação do PMCMV em 2008, Maringá apresentou um crescimento habitacional significativo se comparado à década anterior. Dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Maringá (PMM), entre os anos de 2000 e 2016, nos mostram que foram implantados 60 conjuntos habitacionais no aglomerado, totalizando 1.677 unidades de moradias. Sendo que, deste total 1.619 unidades foram implantadas com o apoio do governo federal, por meio dos programas PAC e PMCMV (ver tabela 01).

Ocorre que, a forma produção destas não apresentou mudanças significativas, quando comparadas a outros programas habitacionais instalados no município em anos anteriores. Nota-se que a produção de moradias com pouca ou nenhuma qualidade arquitetônica permaneceu, não considerando as reais necessidades das famílias inseridas.

Segundo Fleury e Silva (2010),

[...] o município vem realizando, com verbas do OGU e PAC, outros conjuntos habitacionais, estes sim para famílias na faixa de renda entre 0 e 3 s.m., porém replicando os efeitos segregadores do passado, uma vez que se localizam em distritos da cidade polo ou nas franjas do perímetro urbano.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PMCMV (FAIXA 01) IMPLANTADOS ENTRE O ANO DE 2010-2016				
Tipo da Habitação	Nome do Conjunto / Loteamento	Unidades Habitacionais	Dados Loteamento	Ano Ocupação
			Area do Conjunto/m2	
Casa	CONJUNTO ATENAS II (MORADIA ATENAS II)	91	34.124,77	2010
Casa	CONJUNTO DOLORES DURAN I	72	3.666,96	2010
Casa	CONJUNTO DOLORES DURAN II	76	3.870,68	2010
Apartamento	CRISTINA HELENA BARROS	160	10.733,81	2010
Casa	CONJUNTO HABITACIONAL ALBINO MENEGUETTI	172	62.715,09	2011
Apartamento	IRAJÁ	108	5.625,74	2011
Apartamento	SANTA CLARA	144	7.152,95	2012
Apartamento	SANTA JÚLIA	112	5.589,13	2012
Apartamento	DALVA DE OLIVEIRA	176	8.904,03	2014
Apartamento	DIOGO RIVERA	99	5.586,64	2014
Casa	RESIDENCIAL PIONEIRO ODWALDO BUENO NETTO	286	218.615,91	2014
Apartamento	SPÁZIO MACERATTI	72	3.803,97	2014
Casa	RESIDENCIAL PIONEIRO HONORATO VECCHI	51	69.600,32	2015

1619

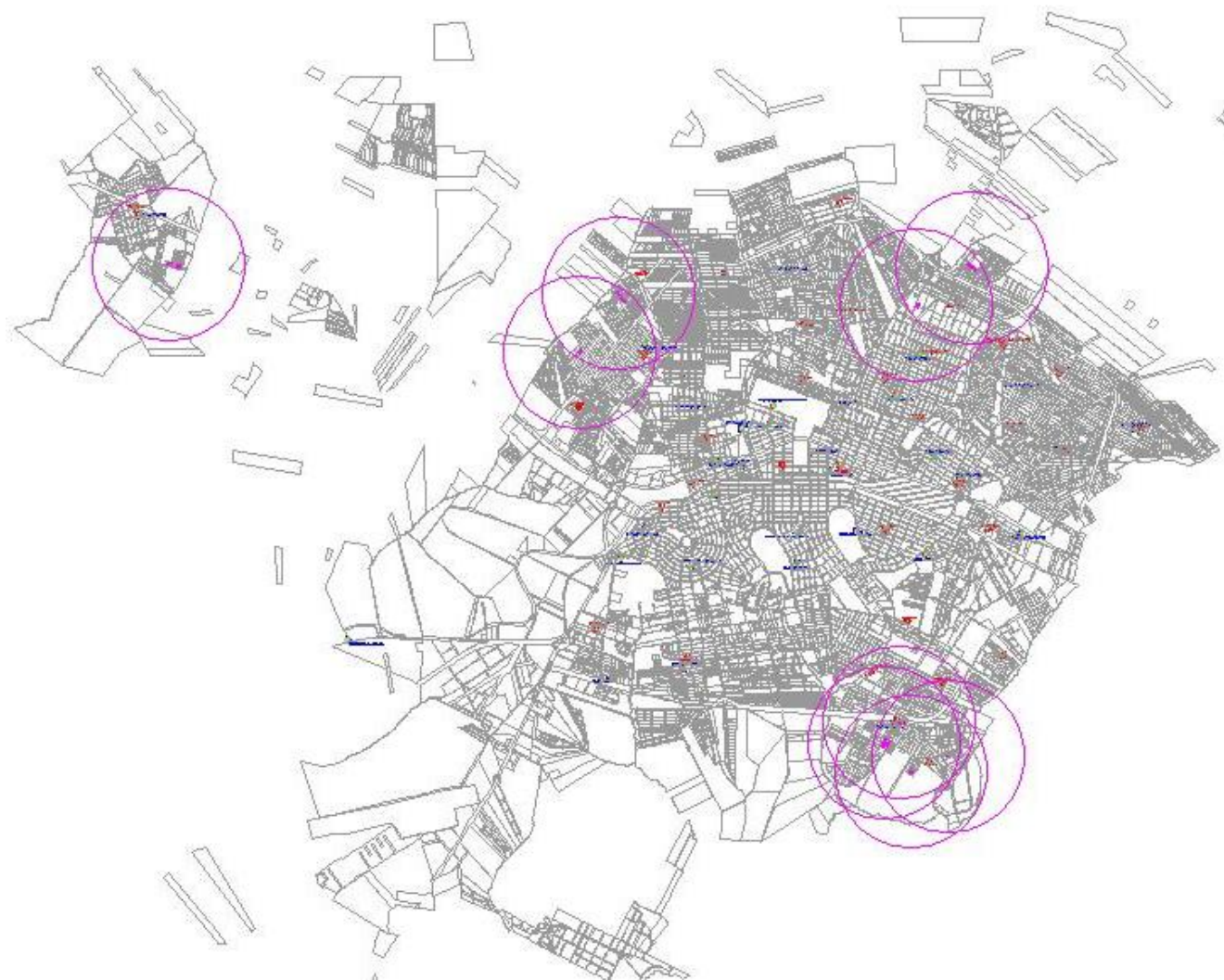


XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio



Legenda:

-  Raio de abrangência dos conjuntos (1500 m)
-  Conjuntos habitacionais
-  Escolas Estaduais
-  Unidades Básicas de Saúde

Figura 01: Mapa dos conjuntos habitacionais do PMCMV implantados no município entre os anos de 2010-2016

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações cedidas pela PMM.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio



Figura 02: Mapa do distrito de Floriano, com os conjuntos implantados pelo PMCMV.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Reis (2016), aponta que:

Considerando que no ano de 2010, segundo o IBGE, o distrito de Floriano tinha 589 moradias permanentes, e que de 2011 a 2015 foram construídas 418 moradias pertencentes ao Programa Minha Casa, Minha Vida, isso representa um crescimento de mais de 70,97% em relação ao número de moradias de 2010.

Ao compararmos o total de unidades habitacionais construídas em Floriano (418), com o universo de moradias construídas para pessoas com rendimentos de até R\$1.600,00 no Município de Maringá através do (PMCMV) entre 2009 e 2016 os conjuntos habitacionais construídos no distrito de Floriano representam pouco mais de 25% do total.

Trata-se de um grande contingente populacional que foi realocado, concentrado no distrito municipal, o qual possui pouca infraestrutura de serviços públicos, de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, sistemas educacionais, saúde, esporte e lazer. Com isso, a população perde não somente o acesso aos serviços públicos, mas também as relações sociais, importantes



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

para vivencia em sociedade, uma vez que através destas se estabelecem as relações de pertencimento, seja ao espaço físico construído ou com as relações pessoais com a vizinhança.

Ainda de acordo com o mapa, é possível perceber que a rede de apoio e infraestrutura na cidade é pequena, sendo que possui uma única unidade básica de saúde e uma escola estadual para atender toda cidade. A rede de transporte é deficitária, e o acesso a serviços públicos por vezes só é alcançado no município polo, obrigando a população a fazer deslocamentos diários de mais de 20 km.

Villaça (1998) afirma que a segregação urbana é um processo que corrobora para que diferentes camadas sociais se concentrem cada vez mais em diferentes regiões ou bairros. O espaço urbano é produto do trabalho humano, com valor próprio. Assim, a localização passa a ser definida pelo relacionamento estabelecido através dos deslocamentos espaciais.

Ainda segundo Villaça (1998), as classes sociais disputam entre si a ocupação das localizações mais valiosas da cidade, ou seja, o certame se dá pelo valor do terreno e não da mais-valia. Neste contexto, a segregação nada mais é que processo necessário para a apropriação diferenciada do valor de uso do “espaço”.

Desta forma, compreendemos que “naturalmente”, os conjuntos habitacionais, produzidos para populações mais pobres, estão sempre alocados às margens da cidade, ou até mesmo em seus distritos, violando assim, seu direito de acesso ao espaço mais urbanizado, a ampla rede de equipamentos públicos, meios de transporte e ao comércio.

O Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida, foi pensado como um mecanismo de combate ao déficit habitacional de moradias, mas também como uma estratégia de enfrentamento à crise econômica que chegou aos setores da economia brasileira, sobretudo, ao setor da indústria da construção civil, pós 2008.

Em Maringá, a produção de moradias não se distingue da realidade de outras cidades brasileiras que receberam moradias do PMCMV. Três conjuntos do PMCMV construídos no Distrito de Floriano estão a aproximadamente 20 Km de distância do centro da cidade, e dispõe de acesso precário e/ou nulo a alguns serviços públicos considerados essenciais a vida digna dos grupos populacionais realojados para a periferia da cidade.

III. Metodologia

Para execução do trabalho adotamos as seguintes abordagens; em um primeiro momento a pesquisa bibliográfica, seguida da coleta de dados primários e secundários, e pôr fim a pesquisa de campo.

O levantamento bibliográfico e leitura foram os primeiros passos para revisão teórica com vistas à compreensão e utilização dos principais conceitos. Em um segundo momento, identificou-se os principais trabalhos e pesquisas sobre o tema realizado para essa mesma região, ou seja, a revisão bibliográfica.

Um banco de dados foi elaborado, com base nos levantamentos feitos em fontes primárias e secundárias, constando a quantidade de empreendimentos, o ano de fundação, número de unidades habitacionais (U.H) produzidas, áreas das U.H e localização. Estes dados foram organizados em tabelas, para que pudessem ser analisados de forma comparativa.

Esse mesmo banco de dados foi composto também pela listagem e localização dos equipamentos urbanos e sociais de: saúde (unidades básicas de saúde, postinhos e hospitais), educação (escolas estaduais) e lazer (praças públicas). Os dados foram mais uma vez organizados em tabela segundo o ano de implantação no município. Além disso, levou em consideração, a localização dos principais centros urbanos, para que no processo do mapeamento fosse possível relaciona-los com a paisagem produzida e a distância destes até os conjuntos habitacionais implantados.

A partir da organização do banco de dados no formato de tabelas iniciou-se o processo de mapeamento, geoprocessamento² e georeferenciamento³.

² Processo que faz uso de técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica na representação da superfície terrestre. Trabalhar com geoinformação significa, antes de qualquer coisa, utilizar computadores como instrumentos de representação de dados espacialmente referenciados. Deste modo, o problema



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análise e discussão dos dados

Como já mencionado em Maringá, diversos conjuntos habitacionais de populares, obedeceram a mesma lógica de implantação de todo país, com a repetição da unidade habitacional de forma padronizada, sem qualidade alguma do projeto arquitetônico, ou a devida preocupação com os aspectos específicos de cada família. A produção foi massiva e em larga escala, implantada sempre nas bordas da cidade, com pouco ou nenhum acesso ao centro, e os conjuntos quase nunca contavam com equipamentos de educação e lazer em suas proximidades.

A implantação dos conjuntos contribuiu para acelerar o processo especulatório das cidades, deixando espaços vazios entre a área urbanizada e os novos assentamentos. Desta forma, a política habitacional contribuía para ampliar padrão periférico de expansão urbana, reproduzindo um modelo urbano excludente e especulativo, dando espaço, aos cada vez mais comuns, “bairros dormitórios” e “cidades dormitórios” com a massiva concentração de moradias populares, sem rede de serviços próxima, equipamentos sociais ou até mesmo a infraestrutura urbana básica para se viver.

fundamental da Ciência da Geoinformação é o estudo e a implementação de diferentes formas de representação computacional do espaço geográfico. Em outras palavras: quando se fala que o espaço é uma linguagem comum no uso de SIG, a referência é ao espaço computacionalmente representado e não aos conceitos abstratos de espaço geográfico.

³ Georreferenciamento é o mapeamento de uma propriedade realizado por meio de GPS. De acordo com a legislação, tem duas funções básicas:

1º. A de servir de instrumento de Registro Público, possibilitando a segurança no tráfico jurídico de imóveis.

2º. A de servir de instrumento de cadastro, com a finalidade preponderantemente fiscalizatória, como, aliás, dispõe o art. 1º e seus parágrafos da Lei nº 5.868/72, que trata do cadastramento rural, alterado também pela dita lei nº 10.267/01. O que o georreferenciamento estabelecerá são perímetros rigorosamente poligonais e geométricos, geograficamente referidos ao sistema de coordenadas oficial e único do país e sua precisão absoluta, limitada à diferença de cinquenta centímetros (DIAS, 2005).



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Bibliografia

ANDRADE, C. R. M. de; CORDOVIL, F. C. S. A cidade de Maringá, PR. O plano inicial e as “requalificações urbanas”. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 12, n. 270, 2008.

- CORDOVIL, F. C. Souza.; RODRIGUES. A. L. **Segregação socioespacial e a negligência ao patrimônio construído: legado dos projetos e práticas do poder público municipal em Maringá – PR (Brasil)**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (41).

- LAGO, Luciana Corrêa do. Desigualdades e Segregação na metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise, Rio de Janeiro: Revan, 2000.

- MACHADO, J. R.; MENDES, C. O processo de verticalização do centro de Maringá - PR. Revista Investigaciones Geográficas, Cidade do México – México, UNAM, v. 1, n.52, p. 53-71, 2003.

- MARTUCCI, R. (1990). Projeto tecnológico para edificações habitacionais: utopia ou desafio? Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.

- MENDES, C. M. A verticalização, um dos reflexos do processo da metrópole em formação: Maringá, PR. Boletim da geografia, Universidade Estadual de Maringá (UEM). v. 10 – n. 1, p. 51 – 60, 1992.

- RODRIGUES, A. L. A pobreza anda ao lado: Segregação sócio espacial na região metropolitana de Maringá. 2004. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP. 2004 (b).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

- SILVA, B. F. A recente produção imobiliária no aglomerado metropolitano Paíçandu – Maringá – Sarandi: novos arranjos, velha lógica. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2015.
- VILLAÇA, Flávio. O Espaço Intra-Urbano no Brasil. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2000. p. 360.